

O MASSACRE DO CAPACETE

Em 1942, o etnólogo alemão Curt Nimuendaju escrevia: "Ainda hoje há muitos indivíduos que vivem nas bocas dos igarapés habitados pelos Tükuna, e que ostensivamente desejam manter os índios submetidos a seu patronato egoístico. É de se esperar que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), estabelecido na região em 1942, ponha um fim a essa situação anacrônica". A expectativa de Nimuendaju, que nessa época estava entre os Tükuna, não é muito diferente da dos índios e antropólogos que atualmente lutam para que o desrespeito às populações indígenas tenha fim e o órgão tutor — atualmente a Fundação Nacional do Índio (Funai) — cumpra o seu papel. Se naquela época a grande ameaça à sobrevivência deste grupo eram os patrões, hoje ela se caracteriza pela presença de posseiros e constantes invasões a suas terras, ainda não totalmente demarcadas e jamais garantidas pela Funai. O Massacre

do Capacete decorreu da situação de conflito que pôs em confronto posseiros e Tükuna nas últimas décadas, e não pode ser visto como fato isolado, como se divulgou.

O massacre ocorreu no dia 28 de março, na área indígena de São Leopoldo, em Benjamin Constant (estado do Amazonas). Foram 12 mortos e 21 feridos entre homens, mulheres e crianças tükuna. Sobreviventes ao massacre contaram que cerca de 50 índios estavam reunidos na casa do tükuna Azeliari Flores Salvador, descansando após um *ajuri* (trabalho comunitário), enquanto aguardavam um delegado da Funai e um advogado, para tratar do roubo e morte de um boi por posseiros. Mas quem apareceu foi um grupo de mais de 20 homens, os mesmos que haviam roubado o boi. Chegaram disparando suas armas e cercaram os Tükuna.

Dois dias depois a Polícia Federal e a Funai mandaram seus representantes ao local. Nas casas dos posseiros, 26 espingardas e farta munição foram apreendidas. Eram as mesmas armas que atingiram os Tükuna. Oito pessoas foram indiciadas. O principal envolvido foi o madeireiro Oscar Castelo Branco, que vive na boca do igarapé Capacete, na área indígena de São Leopoldo. Os índios já o haviam denunciado diversas vezes à Funai pela retirada ilegal de madeira (mais de 600 toras em 1985 e 1986).

Os oito posseiros indiciados foram recolhidos à casa do advogado Gedeão Rocha, em Tabatinga, o que revoltou os Tükuna. Os políticos locais defendem os posseiros. O prefeito de Benjamin Constant, João Correa, tem até uma versão que coloca os Tükuna como provocadores do massacre. Fatos como este levam os índios a não acreditar na "lei dos brancos". É importante lembrar que após a demarcação, em 1987, a Funai estava indenizando os posseiros e havia concordado em rever os cálculos da indenização, desde que eles abandonassem a área de São Leopoldo. Irritados com a omissão dos órgãos federais e descrentes do auxílio a que têm

direito, os índios concentram agora seus esforços na defesa de sua terra e na expulsão dos invasores. A tensão se agrava, e aumenta a probabilidade de novos conflitos.

Com uma população de aproximadamente 20 mil índios, os Tükuna são o maior grupo indígena no Brasil. Distribuem-se em mais de 70 comunidades, localizadas nos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga, Amaturá, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá, todos no estado do Amazonas. Sua estrutura social mantém a divisão em grupos patrilineares e exogâmicos, que são os "bichos de pena" (arara, mutum, maguari, japó) e os "bichos sem pena e plantas" (onça, saúva, avai, buriti).

Eles falam a língua tükuna e boa parte dos homens, especialmente os jovens, domina o português, que é utilizado na comercialização de seus produtos: farinha de mandioca — com a qual abastecem toda a região —, peixes, frutas, caça e artesanato. Algumas das comunidades trabalham também no corte da seringueira. Apesar da presença das Igrejas católica e batista, e do movimento da Santa Cruz, ainda são celebradas em algumas das aldeias as festas de nomeação (quando as crianças recebem os nomes que terão dentro dos grupos patrilineares) e da "moça nova" (*Ju'u*).

Estes índios sempre viveram na região do Alto Solimões: antigamente na beira dos afluentes desse rio, a partir da segunda metade do século XVII nas suas margens. No final do século passado, a alta cotação da borracha no mercado internacional promoveu a ocupação da região dos Tükuna por comerciantes e extratores, que exploravam os seringais e utilizavam a mão-de-obra indígena. Nessa época, a presença dos "patrões" mantinha os Tükuna totalmente dependentes e praticamente escravizados com a implantação do regime do "barracão", em que o empregado sempre ficava devendo o que comprava para sua subsistência e, assim, nunca conseguia receber o salário no fim do mês, ou juntar algum dinheiro.

A situação de exploração só começou a se modificar com a queda do preço da borracha e a chegada do pessoal do SPI em 1942, quando foi criado o Posto Indígena Umariçu, no município de Tabatinga. Foram muitas as famílias de diferentes aldeias que se mudaram para Umariçu em busca de proteção, e que, em suas histórias, re-



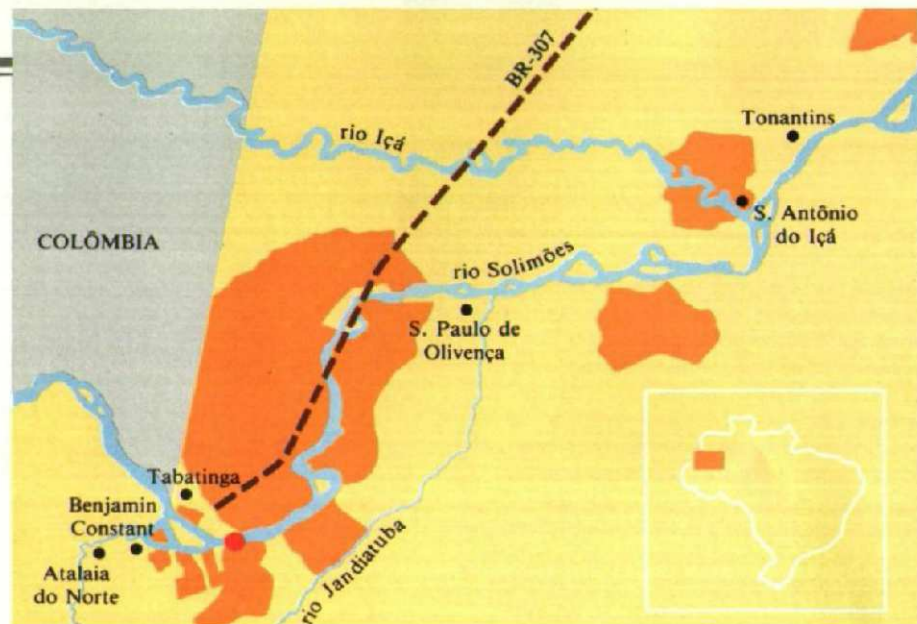
foto cedida pela autora

Mulheres e crianças tükuna em dia de festa.

latam tensões e conflitos com "patrões" ou seus assalariados. O desenvolvimento sócio-econômico da região fez com que os Tükuna deixassem de depender exclusivamente dos barracões. Eles começaram a fazer comércio com os regatões (barcos de comércio fluvial) e a vender seus produtos nas cidades. Mas foi também em razão desse desenvolvimento que as terras dos Tükuna passaram a ser mais cobiçadas e ameaçadas por invasões de madeireiros, fazendeiros, pescadores e seringueiros.

Após a extinção do SPI, a Funai continuou, como novo órgão responsável, o trabalho no posto. Até o final da década de 1970, contribuiu para a expulsão dos "patrões" e criou outros postos. Porém o órgão tutor, que sempre prometeu a demarcação das terras dos Tükuna na forma garantida pela Lei nº 6.001 do Estatuto do Índio, foi sempre adiando a medida. Os índios, insatisfeitos, realizaram assembleias de lideranças e criaram o Conselho Geral da Tribo Tükuna (CGTT), para lutar pela defesa de seus direitos. Muitas viagens foram feitas pelos chefes a Brasília, a fim de pressionar as autoridades da Funai e do Ministério do Interior para que a demarcação fosse cumprida.

Em 1984, finalmente, foram delimitadas oito áreas: Evaré I, Evaré II, Betânia, Vuitava-Im (Nova Itália), Feijoal, Santo An-



O mapa mostra as áreas dos Tükuna, vendo-se assinalado em vermelho o lugar onde ocorreu o massacre, no ponto em que o igarapé Capacete desemboca no rio Solimões.

tônio, Bom Intento e São Leopoldo. Em 15 de abril de 1986, na Semana do Índio, o Presidente José Sarney assinou quatro decretos assegurando aos Tükuna as quatro últimas áreas, que representam apenas 10% do seu território. Estas foram demarcadas em 1986 e em 1987, sob clima de grande tensão, provocado pela resistência dos posseiros, pela incitação dos políticos locais e pela omissão dos órgãos responsáveis, que não tomaram iniciativa de apurar os conflitos e as invasões denunciadas com frequência. Hoje ainda os índios continuam

correndo de um a outro órgão sem receber a devida assistência, pois as responsabilidades são sempre transferidas. Pelos meios burocráticos não lhes resta senão enviar telegramas e cartas à Delegacia Regional da Funai em Manaus, ao Inbra, à Polícia Federal, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, ao Ministério da Justiça e à Ordem dos Advogados do Brasil.

Elem Garcia de Figueiredo Tostes

Estudante de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas

ANTROPÓLOGOS DISCUTEM SITUAÇÃO DAS MINORIAS

Faltam quatro anos para a comemoração do quinto centenário da descoberta da América e a UNESCO está interessada em reavaliar a história da conquista europeia. Para elaborar um documento sobre a situação e os direitos dos grupos minoritários no continente, em especial das minorias indígenas, solicitou à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que tomasse a iniciativa de organizar um seminário sobre "Minorias: conflitos, estratégias e papel do antropólogo", com antropólogos sul-americanos. O seminário se realizou na Universidade de São Paulo (USP), de 22 a 26 de março, sob a presidência de Manuela Carneiro da Cunha.

Em seu discurso de abertura, a antropóloga se referiu à indissolúvel união que se estabeleceu entre antropólogos e minorias e lembrou que "historicamente os antro-

pólogos têm sido acusados de estar a serviço dos colonizadores, mas que essa situação se reverteu a partir dos anos 60, quando eles se declararam solidários aos colonizados". Segundo ela, a antropologia latino-americana foi pioneira nessa reviravolta, talvez pela importância dos movimentos sociais em seu continente.

O tratamento que a Assembleia Nacional Constituinte está dando no Brasil aos direitos dos indígenas foi um dos pontos principais examinados pelos participantes do seminário. Duas emendas populares haviam sido encaminhadas à Comissão de Ordem Social, pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e por mais de 20 entidades, entre elas a ABA e a Confederação Nacional dos Geólogos. Embora a proposta da ABA tenha sido aprovada, o relatório da Comissão de Sistematização alterou o pro-

jeto original, restringindo aos índios não aculturados direitos que tinham sido previstos para todos. Os antropólogos se declararam descontentes com esse encaminhamento e com a possibilidade de remoção de grupos indígenas "por questões de segurança nacional", possibilidade esta que o projeto aprovado prevê.

Verena Stolcke, da Universidade Autónoma de Barcelona (Espanha), ilustrou o problema das minorias com uma frase da escritora francesa Simone de Beauvoir: "As mulheres não nascem mas se fazem", acrescentando: "Assim também as minorias são construções político-sociais e históricas, criadas em contextos específicos por quem se considera maioria." Verena Stolcke assinalou que as categorias maioria e minoria surgiram durante o processo de formação dos Estados nacionais: